

O ACORDO DE MOBILIDADE DA CPLP E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS: NOTAS PRELIMINARES

THE CPLP MOBILITY AGREEMENT AND MIGRATION FLOWS: PRELIMINARY NOTES

Duval Fernandes ¹[0000-0003-2448-8277]

Denise Figueiró Mendes ²

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

² Universidade Federal de Roraima (UFRR)

duvalfernandes65@gmail.com, profa.denisefm@yahoo.com.br

Resumo. O Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, vai facilitar as trocas migratórias. No entanto, não se tem uma visão clara de como se dará esse processo em termos de impacto sobre os fluxos migratórios. O que se pretende com esse trabalho é, de forma seminal, compilar algumas informações sobre a migração entre os países da CPLP e buscar identificar alguns aspectos desses fluxos que poderão ser ampliados ou mesmo revertidos com o Acordo. Os resultados mostram a necessidade da criação de políticas para a implementação de coleta de dados no âmbito da CPLP, que possam trazer luz sobre o futuro das trocas migratórias entre os países do grupo e sobre as características e necessidades dos imigrantes.

Palavras-chave: Base de dados sobre migração, fluxo migratório entre países da CPLP, Acordo mobilidade países CPLP

Abstract. The Agreement on Mobility between the Member States of the Community of Portuguese Language Countries will facilitate migratory exchanges. However, there is no clear view of how this process will affect migration flows. This study seeks, as an initial contribution, to compile information on migration between CPLP countries and identify aspects of these flows that may expand or even reverse as a result of the Agreement. The results show the need to create policies for implementing data collection within the CPLP that can shed light on the future of migratory exchanges among the group's countries and on immigrants' characteristics and needs.

Keywords: Migration database. Migration flows between CPLP countries. CPLP Mobility Agreement.

1 Introdução

O século XX e as primeiras décadas do século XXI foram profícuos na construção de políticas migratórias em praticamente todos os países do Globo. No início do século XX, em regiões da África e da Ásia, ainda durante o processo de descolonização, o trânsito entre os territórios ultramarinos e a metrópole era considerado deslocamento interno (ACOSTA, 2018), tornando-se mais restrito ao longo do tempo. A construção de políticas que levaram a restrições ao trânsito de imigrantes internacionais seguiu parâmetros mais econômicos do que políticos ou mesmo ideológicos dos governos (HAAS e NATTER, VEZZOLI, 2016). Este quadro, por vezes ambíguo, conduziu à coexistência de políticas migratórias que, por motivos diversos, promoveram a migração de grupos de migrantes desejáveis e, ao mesmo tempo, definiram quotas ou restrições para grupos de migrantes, cuja chegada ao destino era tolerada por necessidades, muitas vezes temporárias, impostas pelo mercado laboral. (LEÃO e FERNANDES, 2020).

Desde meados do século XX, no âmbito das relações multilaterais e regionais, surgiram acordos que visam permitir o livre trânsito ou facilitar o trânsito de nacionais dos países partícipes. Exemplos dessas iniciativas são os tratados da União Europeia, firmados após vários anos de ampla integração econômica, que inclui a instituição de uma moeda única e de um único documento de identificação. O Mercosul, em que o processo de integração entre os países é restrito, privilegiando as questões aduaneiras e a integração de alguns setores econômicos, os acordos de residência ainda não avançaram a ponto de permitir um livre trânsito entre os países com um documento único (ACOSTA, HARRIS, 2022). Por fim, há que se considerar os acordos multilaterais que buscam aproximar países que não compartilham espaços geográficos fronteiriços, mas possuem algum interesse comum que pode envolver aspectos de relações históricas e até linguísticas, como é o caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

2 O objetivo

Este trabalho tem como objetivo analisar, ainda de forma embrionária, os dados disponíveis sobre os fluxos migratórios entre os países da CPLP e indicar alguns possíveis impactos na migração, a luz dos acordos sobre a mobilidade entre os estados membros.

3 Desenvolvimento

As estatísticas sobre a mobilidade humana entre os países membros da CPLP são ainda insuficientes para uma precisa análise sobre a migração. A periodicidade dos censos, quando acontecem, não seguem um período comum e, mesmo em alguns países, não há registros administrativos de qualidade que possam auxiliar em estudos sobre a migração. O quadro a seguir, construído a partir dos dados coletados na base de informações sobre migração da ONU, permite, apesar da disparidade das fontes e momentos do levantamento, indicar algumas relações de direcionamento de fluxos. Brasil e Portugal aparecem em primeiro plano, não só como destinos para residentes de outros países, mas

também com uma forte relação de fluxo migratório entre os dois. No caso de Cabo Verde, Angola e São Tomé e Príncipe, há indicações de importantes trocas migratórias.

Migração entre países do CPLP

	País de Residência						
País de Nascimento	Angola	Brasil	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	Portugal	São Tomé e Príncipe
Angola		6444	2232	a	72	162604	973
Brasil	a		132	a	208	139703	19
Cabo Verde	3079	1194		409	13120*	61953	3734
Guiné-Bissau	a	945	1150		259	29578	24
Moçambique	84	1425	77	a		73084	157
Portugal	4572	137972	939	608	8558*		270
São Tomé e Príncipe	2686	58	3787	a	a	18645	a

* Moçambique 2007, Guiné Equatorial e Timor Leste não há dados, a- dados não disponíveis

Ano de referência: Angola - 1983, Brasil - 2010, Cabo Verde- 2000, Guiné Bissau - 1991, Moçambique - 1980/2007, Portugal - 2006, São Tomé e Príncipe - 1991

Fonte: United Nation Global Migration Database

Outra fonte que pode permitir algumas indicações sobre os impactos da migração nos países membros da CPLP, são as informações utilizadas pelo Departamento de Estatística da ONU, para gerar as projeções populacionais. Esses dados permitem a criação de painéis, que irão subsidiar a construção dos cenários das projeções das populações dos países. No quadro 2, considerando a hipótese média das projeções, as informações sobre o saldo migratório e a taxa líquida migratória indicam Portugal como um país receptor de migração e países como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, com taxas líquidas migratórias negativas, com as maiores perdas, relativas, entre os membros da CPLP.

Quadro 2 Estimativa de saldo migratório e taxa líquida migratória. Países-CPLP 2021

País	Migração	
	Saldo migratório (x1000)	Taxa Líquida (x1000)
Angola	29	0,8
Brasil	20	0,1

Quadro 2 Estimativa de saldo migratório e taxa líquida migratória. Países-CPLP 2021

País	Migração	
	Saldo migratório (x1000)	Taxa Líquida (x1000)
Cabo Verde	-1	-2,2
Guiné-Bissau	-1	-0,7
Guiné Equatorial	6	4
Moçambique	-10	-0,3
Portugal	27	2,7
São Tomé e Príncipe	-1	-3,5
Timor Leste	-2	-1,5

Fonte: UN World Population Prospects 2022

Mesmo que tais informações não permitam estabelecer uma relação de fluxos migratórios entre os países membros da CPLP, o conjunto de dados, claramente incipiente, nos indica algumas tendências que em registros mais robustos poderão ser confirmadas.

O uso de registros administrativos pode ser útil para a obtenção de informações atualizadas sobre o fluxo migratório entre países. Apesar de suas limitações, os dados podem contribuir para entender melhor a migração no destino. Como tratam, usualmente, de registrar a migração regular, acabam deixando de lado àqueles que se encontram nos países de forma irregular,

O quadro a seguir apresenta dados levantados nas bases do Ministério da Justiça do Brasil e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal e tratam daqueles imigrantes, não naturalizados, que têm registro de residência temporária ou definitiva nos países. Podem ser ressaltados dois pontos: o primeiro a forte relação entre Brasil e Portugal em termos de trocas migratórias, e, o segundo ponto, seria, em termos de grandeza numérica o volume dos residentes de Angola nos dois países, sendo, no caso do Brasil, o segundo grupo mais importante de imigrantes dos países membros da CPLP.

Quadro 3 Estoque de imigrantes com registro ativo Brasil e Portugal, países selecionados 2021/2022

País	Brasil	Portugal
	2022	2021
Angola	21.377	25.802
Brasil		204.694
Cabo Verde	4.638	34.093
Guiné-Bissau	5.998	20.357
Guiné Equatorial	138	44
Moçambique	5.175	3.803
Portugal	47.675	
São Tomé e Príncipe	662	11.234
Timor Leste	465	234

Fontes: Brasil 2000-2022 - Observatório das Migrações de São Paulo, Portugal 2021 - Serviço de Estrangeiros e Fronteira - SEF.

Mesmo não sendo um estudo exaustivo, é possível concluir que há necessidade de criar mecanismos para que o grupo de países da CPLP possam gerar informações sobre a migração entre os países. O primeiro passo poderia ser a criação de programas de cooperação para a modernização e padronização de registros administrativos, não só sobre a entrada, saída e permanência de estrangeiros, mas também incorporar dados de outras áreas, principalmente as que tratam de políticas sociais, que poderiam contribuir para o conhecimento do perfil e necessidades prementes dos imigrantes.

4 REFERÊNCIAS

1. ACOSTA, Diego The national versus the foreigner in Southamerica- 200 years of migration and citizenship law. Cambridge University Press. 2018.
2. ACOSTA, Diego, HARRIS, Jeremy Regímenes de política migratoria en América Latina y el Caribe: inmigración, libre movilidad regional, refugio y nacionalidade. Banco Interamericano de Desarrollo. P. 304 2022.
3. HAAS, Heinde; NATTER, Katharina e VEZZOLI, Simona, Growing Restrictiveness or Changing Selection? The Nature and Evolution of Migration Policies in International Migration Review, vol 52, nº 02 2016 pp 1-44.

4. LEÃO, Augusto; FERNANDES, Duval políticas de imigração no contexto da pandemia de Covid-19. In Impactos da pandemia de Covid nas migrações internacionais. NEPO/Unicamp - 2020 pp 20-34.